

A 1.^a GUERRA MUNDIAL E A TRANSFORMAÇÃO DOS ASSUNTOS DA GUERRA

Abílio Pires Lousada

O ROSTO DA GUERRA

A Primeira Guerra Mundial deflagrou em 28 de julho de 1914, com a declaração de guerra da Áustria-Hungria à Sérvia, e terminou em 11 de novembro de 1918, com a assinatura do armistício pela Alemanha. Foram cerca de quatro anos e quatro meses de uma guerra generalizada que varreu sobretudo o continente europeu, passou por África e pela Ásia, marcou presença nos oceanos Atlântico, Índico e Pacífico e em mares interiores como o Mediterrâneo e o Arábico. Trata-se de uma guerra que mobilizou contingentes militares dos cinco continentes – Europa, África, Ásia, Américas e Oceânia – e que no final resultou em cerca de 10 milhões de mortos e quase o dobro de feridos e desaparecidos, 80% dos quais militares.

No fim, quatro dinastias seculares extinguíram-se – *Hohenzollern*, na Alemanha, *Habsburgo*, na Áustria, *Romanov*, na Rússia, e *Otomana*, na Turquia –, três impérios desapareceram – Alemão, Austro-Húngaro e Turco –, o *mapa mundi* foi redesenhado e a Europa perdeu a exclusividade dos assuntos geopolíticos internacionais.

Olhando para as consequências e quando percebemos que ao longo do decénio de 1920 os principais beneficiários da guerra foram os Estados Unidos e o Japão, potências não europeias, é legítimo perguntar se era este *day after* que os principais beligerantes pretendiam quando colocaram os motores em marcha nesse verão de 1914. A resposta é, seguramente, negativa.

Assim sendo, a pergunta inevitável é porque foram as grandes potências para uma guerra que se tornou mundial e que, no imediato, deixaram de conseguir controlar? Ou formulando a questão de outra forma, a guerra era inevitável atendendo aos catalisadores gerais que a precederam? A tendência historiográfica alinha por uma resposta afirmativa. Outra máxima, inerente às causas do conflito, centra-se na sua inevitabilidade após o assassinato de Sarajevo, enquanto catalisador específico. O verão quente de 1914, o período entre 28 de junho (assassinato de Francisco Fernando da Áustria) e 28 de julho (início da guerra) descontrolou o otimismo de alguns dos beligerantes, que mergulharam alegremente no apocalipse que sobre eles se abateu.

Outra questão a merecer ponderação é assumir a Alemanha como exclusiva culpada da guerra. Afinal, isso mesmo ficou plasmado no artigo 231.º do Tratado de Versalhes. E dentro desta culpabilidade estatal, é o kaiser Guilherme II quem surge com o ónus da

responsabilidade. Em Versalhes prevaleceu a máxima de Richelieu de que em política, os fracos (e os vencidos) nunca têm razão. Porém, também neste caso, impõe-se uma análise cuidada; afinal a guerra contou com mais de trinta beligerantes, quatro dos quais pertencentes às Potências Centrais, que a perderam e, entre os vencedores, estão colossos imperiais como o Reino Unido, a França e a Rússia.

Um dado, porém, parece certo, a Alemanha é *casus belli*, o que não significa que detenha a exclusividade da culpa. De igual modo, deve-se ir para além do kaiser Guilherme II, até Otto Bismarck e a Alemanha que o chanceler desenhou em 1871, um presente futuro da guerra de 1914-18.

1. CASUS BELLI – DESEQUILÍBRIO DA BALANÇA DE PODERES

Olhando a montante e definindo catalisadores gerais como causas da 1.^a Guerra Mundial, identificamos cinco: 1. a unificação da Alemanha em 1871 e a concretização do II Reich; 2. a Conferência de Berlim de 1885 e a partilha de África; 3. a competição naval Anglo-Alemã a partir da primeira década do século XX; 4. o sistema multipolar, encerrado na bipolaridade das alianças; 5. a postura determinista das grandes potências.

A criação do II Reich Alemão do kaiser Guilherme I, em 1871, é a causa inicial. O centro da Europa passou a ser ocupado por um novo e pujante Estado que, para o efeito, tinha derrotado dois dos países fundadores da nova ordem, em duas rápidas e conclusivas campanhas militares: a Áustria, em 1866, e a França, em 1871¹. O chanceler Otto Bismarck percebeu, no entanto, que para a Alemanha se sentir segura e suficientemente forte, por um lado, e não inquietar os vizinhos, por outro, tinha de dar largas a uma diplomacia de acomodação e de cooperação. Ou seja, para a Alemanha estar segura, os outros Estados tinham igualmente de se sentir seguros. Para o efeito, protegeu a Áustria contra a Rússia, limitou as ambições de Viena nos Balcãs para não hostilizar Moscovo, demitiu-se de antagonizar o Reino Unido na esfera naval, motivou a França na edificação do império africano e foi compreensível face às ambições da Rússia no Extremo Oriente e na Ásia Central². Porém, a nova Alemanha, ainda temente dos vizinhos que a cercavam, sobretudo da França a Oeste e da Rússia a Leste, era fonte de inquietações, necessitava de mostrar contenção estratégica e bons ofícios diplomáticos. O equilíbrio da balança de poderes ainda

¹ Donald Kagan, *Sobre as Origens da Guerra e a Preservação da Paz*, 1.º Vol., Braga, Temas da Actualidade, 1995.

² Jaime Nogueira Pinto, *Ideologia e Razão de Estado. Uma História do Poder*, Porto, Civilização Editora, 2013.

era um bom modelo de coexistência europeu. Bismarck percebeu-o; Guilherme II negligenciou-o.

A partilha de África é a segunda causa. Na Alemanha, a questão relativa à colonização revelou-se sensível para uma potência que não tinha a sua Índia, como o Reino Unido, ou a sua Argélia, como a França; ocupou parcelas territoriais na África e no Pacífico, mas o seu império era insignificante quando comparado com o daqueles países. Até a pequena Bélgica tinha o seu imenso Congo e Portugal vastos domínios africanos. A Alemanha preconizava um império à sua imagem e semelhança, mas a ambição revelava-se dificultada pelo facto de a maioria das colónias da África e da Ásia estarem ocupadas³. É verdade que Bismarck encorajou a expansão da Rússia para a Ásia, da França para o Norte de África e da Itália para o corno africano enquanto forma de manter os rivais ocupados e até de contrair a hegemonia imperial do Reino Unido. Mas a seu tempo, a Alemanha perceberia que também ela e os seus 60 milhões de habitantes necessitariam de possessões que lhe dessem uma imagem de império.

O terceiro momento a equacionar é a competição naval entre o Reino Unido e a Alemanha. Quando Guilherme II afastou Bismarck da chancelaria do Reich, a Alemanha era a maior potência terrestre do continente, só rivalizada pela Rússia relativamente ao poder do número. Com quem, de resto, tinha relações de convergência. Relativamente aos mares, era aceite a hegemonia naval britânica e os seus incomparáveis domínios imperiais, que iam “da Austrália ao Canadá, do Cabo ao Egipto, incluindo a península do Indostão e parte significativa da África, das Antilhas e do Extremo Oriente”⁴. Acontece que o kaiser resolveu alterar o contexto. Para o efeito, denunciou as parcerias acordadas com a Rússia, que se aproximou da França, e ambicionou uma marinha de guerra equivalente à britânica, definindo a *Teoria de Risco*, do almirante Tirpitz, que chocou com a *Blue Water Strategy* britânica. Revelou-se um passo perigoso. A Alemanha não se limitava a querer ser poder continental. Isso mesmo anunciou o kaiser afirmando que “a Alemanha tinha grandes tarefas a desempenhar fora dos estreitos limites da velha Europa”⁵. Consequentemente, assumindo uma

³³ Margaret Macmillan, *A Guerra que Acabou com a Paz*, Lisboa, Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2014.

⁴ Jaime Nogueira Pinto, ob. cit.

⁵ Paul Kennedy, *Ascensão e Queda das Grandes Potências*, Rio de Mouro, Publicações Europa-América, 2007.

estratégia de domínio mundial (*Weltpolitik*) a Alemanha colocou a Europa num *status* de «paz armada»⁶, obrigando a parcerias de detenção hegemónica.

O quarto passo refere-se ao sistema de alianças formado pelas potências. Ao findar a década de 1900, os dados mais marcantes da conjuntura referiam-se à capacidade da França, que romperia o forçado isolamento, à postura do Reino Unido, que abandonara o autoisolamento, à Alemanha, que ficava isolada de forma esplêndida, e à Rússia que deixava de ser o eterno isolado. França, Reino Unido e Rússia tinham uma *Entente* para aprofundar política e militarmente, enquanto a Alemanha, apesar da *Triplíce Aliança*, se sentia *Einkreisung* (cercada) e com uma política de segurança e defesa forçada à *Machtpolitik* (poder militar). A Alemanha, realmente, e como infere Donald Kagan “tinha-se cercado e excluída a si própria do grande concerto do poder. Através dos seus esforços mal orientados, tinha virado contra si a própria fórmula de Bismarck de ser sempre um dos três estados num sistema de cinco”⁷. Já sobre as parcerias decididas pelo Reino Unido, Niall Ferguson anota o fim da *Pax Britânica*, isto é, a incapacidade do “maior império do mundo para limitar as ramificações globais de uma crise continental”⁸. Os dados estavam lançados e as alianças definidas; dois blocos políticos e militares constituídos por potências de primeira ordem. O que equivale a dizer que a multipolaridade dos Estados se encerrou na bipolaridade das alianças triplas, que se revelaram como compromissos de guerra.

A *Triplíce Aliança*, constituída pela Alemanha, a Áustria-Hungria e a Itália data do tempo de Bismarck (1882) e chega à década em que deflagrou a guerra relativamente frágil em termos de coerência cooperativa (Áustria-Hungria e Itália) e paridade estratégica (supremacia absoluta da Alemanha). A nota característica residia no poder demográfico, industrial e militar da Alemanha, na heterogeneidade demo-cultural da Áustria-Hungria e na duvidosa convicção da Itália enquanto membro da Aliança⁹. Juntos, os três Estados tinham perto de 150 milhões de habitantes, confinavam territorialmente no centro da Europa e tinham vias abertas para o mar do Norte e o Mediterrâneo. O que equivale a dizer que tinham uma considerável fonte de recrutamento, uma ligação territorial e coordenação militar fluida, capacidade de blindarem o seu espaço de interação e possibilidade de projeção naval. No entanto, algumas das vantagens eram constrangimentos a ter em conta, nomeadamente o facto de o conjunto poder ser bloqueado por terra (França e Rússia) e por mar (França e Reino

⁶ René Rémond, *Introdução à História do Nosso Tempo. Do Antigo Regime aos Nossos Dias*, Lisboa, Gradiva, 2009.

⁷ Donald Kagan, ob. cit.

⁸ Niall Ferguson, *A Guerra no Mundo*, Porto, Editora Civilização, 2006.

⁹ J. Brunet e M. Launay, *Entre as Duas Guerras*, Lisboa, D. Quixote, 2000.

Unido), o que se tornou notório a partir do momento em que a Itália abandonou a *Tríplice Aliança*.

A *Tríplice Entente* compreendia a França, a Rússia e o Reino Unido, definida no seu conjunto em 1907, mas com problemas de confiança e aprofundamento de responsabilidades mútuas. Os seus trunfos residiam no valor do exército francês, no poder do número russo e no poder marítimo e riqueza imperial do Reino Unido¹⁰. No total tinham cerca de 240 milhões de habitantes e uma forte presença no mar do Norte (Reino Unido) e no Mediterrâneo (França). A sua vantagem consistia na complementaridade de potencialidades entre o mar e a terra e os constrangimentos incidiam na dispersão territorial e nas dificuldades de condenação das capacidades.

Duas alianças e seis potências que se equivaliam, sem um pêndulo destinado a marcar o ritmo de um sistema onde os compromissos não existiam; o equilíbrio de poderes deixou simplesmente de existir¹¹. Poder-se-ia argumentar que os Estados dos dois blocos tinham sobretudo uma perspetiva securitária e cooperativa, precavendo-se de fraquezas estratégicas individuais através da força do conjunto: a Alemanha temia um cerco franco-russo, sonhava esbater a supremacia naval britânica e pretendia expandir-se para Leste à custa da Rússia; a Áustria-Hungria debatia-se com o nacionalismo eslavo no seu seio e a ingerência russa na região, debatendo-se com a estabilidade no império; a Itália pretendia manter-se atuante no Mediterrâneo, controlar o Adriático e absorver as regiões irredentas de Trento e Trieste; a França receava a Alemanha ao mesmo tempo que pretendia a recuperação da Alsácia e da Lorena; a Rússia apavorava-se com a vizinhança germano-austriaca, enquanto assumia a proteção dos Eslavos do Sul contra a Áustria e desenhava uma saída para os mares quentes através de território turco; o Reino Unido sentia a Alemanha demasiado ostensiva e tinha por intenção a preservação do *status quo* imperial¹².

Por fim, apesar de a guerra eclodir no seguimento do atentado de Sarajevo, é na fixação psicológica determinista da Rússia, da Alemanha e da Áustria-Hungria que as motivações definitivas devem ser encontradas. Relativamente à Rússia, a questão remonta a 1908, quando Áustria-Hungria anexou a Bósnia-Herzegovina, que administrava unilateralmente desde 1878, ao arrepio da tutela turca de *jure*, dos interesses da Sérvia nas províncias e da aceitabilidade da Rússia face à hegemonia Habsburgo na região. O desinteresse anglo-francês pelas questões balcânicas e o acintoso apoio alemão à anexação austríaca fizeram recuar a Rússia e obrigou a

¹⁰ J. Brunet e M. Launay, ob. cit.

¹¹ Henry Kissinger, *Diplomacia*, Lisboa, Gradiva, 1996.

¹² Margaret MacMillan, ob. cit.

Sérvia a capitular. Moscovo sentiu o constrangimento e a Sérvia a humilhação. Situação semelhante aconteceu com a Alemanha na crise marroquina de Agadir, em 1911. Um contencioso com a França devido à intromissão militar desta em Marrocos ao arrepio de consulta da Alemanha, conforme consignado, motivou o kaiser a enviar uma canhoeira para a região, numa clara demonstração de força, ameaçando com a guerra. Tratou-se de um teste à coesão da *Entente* anglo-francesa, que não vingou. O Reino Unido não só apoiou as pretensões francesas em Marrocos como instou à retirada alemã a troco de concessões territoriais na África Central. Mais uma vez melindrada, como já sucedera em Algeiras em 1905, Berlim sentiu o toque.

Por fim, as guerras balcânicas de 1912 e 1913, cujo resultado foi desfavorável aos interesses da Áustria-Hungria. Em 1911 firmou-se na região uma liga anti turca destinada a desalojar os otomanos dos Balcãs. Sérvia, Bulgária, Grécia e Roménia, potenciais aliados da Rússia no entender de Viena, atendendo à língua eslava e à religião ortodoxa, unem esforços militares e, no outono de 1912, forçaram a retirada do Império Otomano dos Balcãs. Aproveitando o contexto, a Rússia reforçou posições na Galícia e na Bósnia, aumentando a tensão com a Áustria. No ano seguinte, e porque a Bulgária e a Sérvia, principais beneficiários da derrota turca, não se entenderam relativamente à posse da Macedónia, eclode uma guerra entre ambas. Contando com o apoio da Grécia, da Roménia e até da própria Turquia, a Sérvia derrota a Bulgária. E assim, a Áustria-Hungria vê dois potenciais aliados (Bulgária e Turquia), e com quem confina territorialmente, derrotados, e inquieta-se com a Sérvia, que ameaça a sua suserania na Bósnia-Herzegovina e sonha com uma Grande Sérvia à custa de territórios tutelados por Viena. A tensão sobe e a guerra só não deflagra devido às intervenções do Reino Unido junto da Rússia e da Alemanha junto da Áustria.

Desta forma, a partir da formação das alianças, do evoluir das crises e do clamor crescente das sociedades, a diplomacia, enquanto correia de transmissão dos Estados, cede lugar aos estados de alma dos «príncipes» e ao arrebatamento dos estrategas. Que confluem como falcões face aos acontecimentos do verão de 1914, onde se mistura uma “*espécie de determinismo fatal, o acaso, o paradoxo e até a incompetência recompensada*”¹³.

Das palavras aos atos; a fatalidade guerreira dos estrategas impôs-se. Chegava a hora de aferir os planos de guerra e, com eles, os planos de produção e aquisição de meios militares, de mobilização e preparação de contingentes, de projeção de forças e de operações. E, assim, com as fábricas prontas a laborar armamento e equipamentos, os cidadãos aptos a serem

¹³ Jaime Nogueira Pinto, ob. cit.

chamados para as fileiras, as vias-férreas oleadas para transportarem forças para a frente e os planos de operações aferidos para uma guerra ofensiva, que garantisse uma vitória rápida e conclusiva, bastava o sinal de ignição. Que foi dado quando a Sérvia não aceitou as condições do ultimato austríaco (25 de Julho) e as primeiras granadas caíram em Belgrado (29 de julho). Como a Alemanha apoiou a agressão austríaca e a Rússia não desamparou a Sérvia, o sistema de alianças disparou. Na Rússia procedeu-se ao *Período Preparatório para a Guerra* e reviu-se o *Plano de Mobilização N.º 19*, na Alemanha proclamou-se o *Estado de Perigo de Guerra* e aferiu-se o *M-TAG – Dia da Mobilização* e em França avançou-se com *La Couverture*¹⁴.

2. A TRANSFORMAÇÃO DA GUERRA

David Stevenson analisa a 1ª Guerra Mundial de acordo com um conjunto de parâmetros que merecem servir de prólogo ao presente capítulo. Começa por aferir as razões que alastraram a guerra a outras frentes e a outros continentes. Depois, prende-se com os objetivos de guerra dos beligerantes e os constrangimentos ocorridos para um compromisso de paz em tempo útil. Seguem-se as estratégias militares terrestres e as ofensivas desencadeadas para romper a frente do adversário. Em complemento, relaciona questões de ordem tática, tecnológica e logística enquanto condicionantes das estratégias definidas, originando batalhas de desgaste. Aduz ainda a emulação guerreira sem precedentes por parte dos combatentes, decorrentes dos sistemas de recrutamento dos países. Relaciona a mobilização da economia e o financiamento da produção de guerra. Por fim, infere a frente doméstica ao nível da capacidade de resiliência das populações face a uma guerra crescentemente falha de consenso¹⁵.

O resumo do autor é ponto de partida para o desenvolvimento deste capítulo.

2.1. Guerra Para Além dos Limites

Nos objetivos de guerra¹⁶ ensaiados pelos beligerantes, podem ser encontradas as razões da generalização da guerra; que foram sendo ampliados e ajustados à medida do prolongamento do conflito no espaço e no tempo.

Do lado da *Tríplice Entente*, a França pretendia sobretudo recuperar territórios perdidos e garantir a segurança do seu espaço fronteiriço e não tanto obter ganhos territoriais. Após

¹⁴ John Keegan, *A Primeira Guerra Mundial*, Porto, Porto Editora, 2014.

¹⁵ David Stevenson, 1914-1915, *The History of the First World War*, Penguin Books, 2005.

¹⁶ Marc Ferro, *História da Primeira Guerra Mundial, 1914-1918*, Lisboa, Edições 70, 1992; Donald Kagan, ob. cit.; Norman Stone, *Primeira Guerra Mundial. Uma História Concisa*, Alfragide, D. Quixote, 2011.

Verdun, com o sucesso da ofensiva russa de Brussilov e, posteriormente, com a contraofensiva aliada de 1918, assumiu a neutralização da margem esquerda do Reno e o abatimento do Reich Alemão. O Reino Unido definiu a ocupação das possessões imperiais da Alemanha em África como objetivo vital, o mesmo acontecendo com os domínios territoriais da Turquia na Mesopotâmia e no Norte de África. Para a Rússia era importante o controlo do estreito entre o mar Negro e o mar de Mármora ou os Dardanelos, para além da apropriação de territórios turcos, como as províncias de Erzerum, Trébizonda e Ardahan que estavam na lista de prioridades.

Quanto às Potências Centrais, a Alemanha, vista como grande demais para a Europa, assentou a transformação do Reich num império, sustentado no *Programa de Setembro* (de 1914) de domínio da Europa, desde a Mancha até à Ucrânia. Para o efeito, a França devia ser enfraquecida, a Rússia isolada, a Bélgica, o Luxemburgo e a Holanda passariam a estados vassalos e os domínios territoriais do Reino Unido em África seriam conquistados. A Áustria-Hungria propunha-se esmagar a Sérvia e refazer o xadrez geopolítico dos Balcãs em seu proveito, acertar as fronteiras com a Itália e a Roménia e criar um Estado polaco sob sua dependência. Já a Turquia ambicionava dominar o Mar Negro, a Transcaucásia e a Arménia e recuperar o Chipre e o Egipto.

A verdade é que, em 1914, as cinco grandes potências que delinearam o concerto europeu em Viena, em 1815 – Reino Unido, França, Rússia, Alemanha e Áustria – estavam de novo em guerra. A diferença é que “até então, os conflitos nunca tinham oposto senão dois ou três destes países entre si, e nunca todos juntos”; França e Reino Unido contra a Rússia na Crimeia (1853-1856) e França contra a Alemanha na Guerra Franco-Prussiana (1870-1871)¹⁷. Também não deixa de ser contraditório observar que os planos guisados pelas diversas potências falharam: a Áustria-Hungria não pôde derrotar uma Sérvia que se revelou tenaz na defesa do seu território; o plano Schlieffen da Alemanha fracassou na França, esbarrando no Marne contra uma força combinada franco-britânica; o Plano XVII francês conheceu igual insucesso na ofensiva desencadeada na Lorena contra os alemães; os russos fracassaram contra os alemães na Prússia Oriental, onde foram copiosamente derrotados pelos exércitos do kaiser em Tannenberg; o próprio Reino Unido sentiu continuadas dificuldades em fazer prevalecer o seu incontestado domínio naval e foi obrigado a repor o serviço militar obrigatório para fazer face às necessidades da guerra. O que equivale a dizer que a guerra curta, otimista e de resultados concludentes preconizada pelos beligerantes esbarrou nos

¹⁷ René Rémond, ob. cit.

objetivos políticos assumidos, na durabilidade estratégica inconcebível e no imobilismo tático imprevisto.

A 1.^a Guerra Mundial foi total porque implicou a utilização de todas as formas de coação estratégicas enquanto forma de atingir a vitória decisiva: diplomática, económica, psicológica e militar¹⁸. A Estratégia Diplomática foi desenvolvida no sentido de captar aliados (a Itália transitou, em 1915, das Potências Centrais para os Aliados e os Estados Unidos entraram na guerra, ao lado dos Aliados, em 1917) ou de, no mínimo, levar potenciais inimigos à acomodação (a Rússia, que esteve na guerra com os Aliados, firmou um acordo de paz separado com a Alemanha, em março de 1918). Mas o que sobressai da Diplomacia em tempo de guerra é a incapacidade ou falta de vontade dos beligerantes em lhe porem termo. A irredutibilidade marcou a postura de alemães e anglo-franceses, mais vincada à medida que a guerra evoluía e sem fim à vista e as perdas humanas foram sendo incomensuráveis. As iniciativas de Woodrow Wilson foram proteladas, as do papa Bento XV contestadas e a do imperador Carlos da Áustria simplesmente ignoradas. Valha a verdade que “o acesso ao poder por parte de «homens de pulso» como Lloyd George em Inglaterra, Clemenceau em França, Hindenburg e Ludendorff na Alemanha, não ia no sentido do compromisso”¹⁹.

Quanto à Estratégia Económica, a 1.^a Guerra Mundial foi uma guerra de recursos, não só humanos, mas também tecnológicos. O arsenal empregue era imenso, sendo possível existir porque no século anterior ocorreu a 2.^a Revolução Industrial e porque os Estados centraram o seu investimento na produção de guerra, transformando a indústria caseira numa indústria de guerra. E, assim, o poder e a capacidade dos Estados mediam-se pela posse dos obuses, de metralhadoras e espingardas, na utilização do «gás mostarda», de pesados vasos de guerra de ferro, do avião como arma de guerra e na «invenção» do tanque de lagartas. Para já não falar da utilização, em larga escala, da via-férrea para transporte e balanceamento tático de forças no teatro de operações e projeção estratégica de contingentes da zona do interior para a zona de comunicações e a zona de combate.

A Estratégia Psicológica prende-se com a revolução das comunicações, a utilização do meio aéreo e a propaganda organizada propriamente dita. Atendendo que “a importância do fator moral cresce à medida que a guerra se prolonga” e se percebe que “nenhum dos campos dispõe dos meios para alcançar uma vantagem estratégica”, atingir a força moral do

¹⁸ Abel Cabral Couto, *Elementos de Estratégia*, Vol. I, Lisboa, Instituto de Altos Estudos Militares, 1988.

¹⁹ Jean-Jacques Becker, *A Grande Guerra*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2005.

adversário “é também a razão de ser da propaganda”²⁰. Durante a guerra, e para além da manutenção do moral dos soldados, “o alargamento da propaganda de guerra à população da retaguarda, cuja actividade era tão importante para a vitória como a dos próprios combatentes”²¹. Assim, “os meios psicológicos são largamente utilizados. Serviços de propaganda organizam a mobilização total das multidões. Os comunicados de guerra são sempre optimistas e toda a literatura hiper nacionalista floresce na imprensa, nas canções, nos bilhetes postais”²². De igual modo, a propaganda praticada pelos Estados, nomeadamente ao nível dos feitos de guerra ou das supostas atrocidades do inimigo, incidiu na opinião pública dos países neutrais, enquanto forma de captar a sua simpatia, dos países amigos, para aumentar os níveis de motivação, e até dos oponentes, para lhes inquietar a confiança²³. A revolução das comunicações (quarta dimensão da guerra), sobretudo a telegrafia sem fios, permitiu fazer propaganda no espaço territorial do adversário, na procura de atingir a mente e minar a vontade de combater das populações. Quanto ao avião, a partir de finais de 1917, deixou de cingir a sua atividade de reconhecimento e bombardeamento no campo de batalha para o fazer nas localidades inimigas. Ou seja, a terceira dimensão da guerra levou essa mesma guerra para além dos teatros de operações, retirando imunidade aos civis, habituados nos séculos precedentes a olhar para a guerra como algo que acontecia lá longe e se centrava nos militares. Não por acaso, 20% das mortes resultantes do conflito foram civis.

Relativamente à Estratégia Militar, que desenvolveremos mais à frente num outro campo de análise, identificamos uma guerra estática entre outubro de 1914 e março de 1918, feita a partir das trincheiras, constituindo o obus de artilharia e a metralhadora as armas dominantes, que varriam os contingentes militares que procuravam ultrapassar a barreira defensiva firmada nos abrigos e nas trincheiras. Na Estratégia Militar residiu um dos grandes equívocos dos decisores políticos e estratégias militares. Como a tática não acompanhou a evolução estratégica nem o desenvolvimento tecnológico, a guerra foi estática e de frentes paralelas, onde o soldado era carne para canhão e perante quem os chefes militares tinham inicialmente menos preocupações do que na poupança de munições e na rutura dos *stocks*. Assim, e porque de uma guerra longa e de posições se trata, “reclama o envolvimento de forças cada vez maiores. É a primeira experiência a propósito da qual pode empregar-se a

²⁰ Réne Rémond, ob. cit.

²¹ Alejandro Pizarroso Quintero, *História da Propaganda*, Lisboa, Planeta Editora, 1993.

²² J. Brunet e M. Launay, ob. cit.

²³ Alejandro Pizarroso Quintero, ob. cit.

expressão guerra total, que assinala uma mutação profunda e uma ruptura com os hábitos tradicionais”²⁴.

Guerra mundial, pois o conflito estendeu-se muito para além dos limites. Políticos, militares e a própria sociedade assumiram que a guerra duraria meses e que seria travada segundo os cânones da ofensiva. De tal forma que não é um mito de guerra o facto de todos se apresentarem alegremente nos centros de recrutamento disponíveis para avançarem contra o inimigo. Acontece que “nos primeiros meses, nenhum beligerante conseguiu assegurar essa vantagem decisiva que devia levar à vitória e ao fim da guerra: nem os alemães em França, pois são travados pelos Aliados no Marne, em setembro de 1914, nem os russos na Prússia Oriental, onde são batidos em Tannenberg”. Em consequência “os beligerantes viram-se obrigados a rever os seus planos. A frente imobiliza-se, passa-se da guerra de movimento, seguida do curso no mar, a uma guerra de posição, com uma frente contínua que torna a penetração irrealizável”²⁵.

O equilíbrio de forças entre beligerantes originou a duração da guerra e esta implicou a sua extensão espacial, de tal modo que “no final de 1915 nenhum dos combatentes iniciais se batia pela guerra que teria desejado ou esperado”²⁶.

Mas há fatores complementares que justificam a mundialização do conflito. Um deles prende-se, obviamente, com o facto de os beligerantes europeus serem impérios, com domínios territoriais fora da Europa. É o acontece com África, onde “as colónias seguem o destino das metrópoles, tomam parte no esforço de guerra, fornecem combatentes e servem de teatro de operações, quando os franco-britânicos ocupam, uma após outra, as colónias alemãs de África”²⁷. A entrada da Turquia em guerra, em novembro de 1914, aliada das Potências Centrais, estende-a à Ásia, atendendo à sua posição geográfica euro-asiática, além de fazer dos Estreitos e da Mesopotâmia um teatro de operações. Há países que entram em guerra por pressão da opinião pública, como aconteceu com a Itália que, em maio de 1915, se colocou ao lado dos Aliados, ou de países balcânicos, que procuravam desforras de guerras anteriores, como a Bulgária, que alinha contra a Sérvia (outubro de 1915), e a Roménia (agosto de 1916), que se junta aos Aliados, estendendo o teatro de operações balcânico. Houve, inclusive, casos de países neutrais forçados a entrar na guerra, sendo a Grécia o exemplo, por pressão aliada, em junho de 1917. A esta lista acrescentem-se os países neutrais que veem na beligerância a obtenção de benefícios territoriais, financeiros ou simplesmente de prestígio, como sucedeu

²⁴ Réne Rémond, ob. cit.

²⁵ Idem.

²⁶ John Keegan, ob. cit.

²⁷ Réne Rémond, ob. cit.

com Portugal (março de 1916), ou por afirmação pura, como ocorreu com os países sul-americanos, que no seu todo não alteraram o equilíbrio de forças.

Situação diferente verifica-se com a intervenção dos Estados Unidos, que declarou guerra à Alemanha devido a questões morais, de constrangimento económico e de convergência identitária com o Reino Unido, alterando a correlação de capacidades a favor dos Aliados.

Já a beligerância do Japão entronca na percepção das desvantagens enquanto Estado neutral, invocando a aliança prevalecente com o Reino Unido, de 1902, para declarar guerra à Alemanha, em agosto de 1914, além de que a ocasião foi entendida como adequada para se apoderar das possessões alemãs na China (Xantum). Tanto bastou para a China não ficar alheada, declarando guerra à Alemanha em agosto de 1917.

Portanto, a Grande Guerra europeia, definida pelos contemporâneos, transformou-se rapidamente em guerra mundial, fugindo aos planos de guerra iniciais dos beligerantes. A Alemanha viu-se obrigada a combater, em duas frentes simultâneas, a França e a Rússia; a França, que acreditava no rolo compressor da Rússia, viu-se a braços com a defesa do seu próprio território; a Rússia resvalou para uma guerra a Norte contra a Alemanha, ao Centro contra a Áustria-Hungria e ao Sul contra a Turquia; a Áustria-Hungria, incapaz de esmagar a Sérvia, foi empurrada contra a Rússia e a Itália; o Reino Unido, pensando na projeção limitada de um corpo expedicionário para a Flandres, assumiu frentes cada vez mais extensas, guerreou os alemães no mar, apoiou os sérvios contra a *Tríplice Aliança* e combateu os turcos em Galipoli, no Egipto e na Mesopotâmia²⁸.

A guerra foi essencialmente terrestre, fundamentalmente europeia e marcada pela prevalência da defesa. Porém, a guerra no mar existiu e apresentou um carácter ostensivo e de opulência. Mais do que nos exércitos, o efeito imediato da segunda revolução industrial incidiu na marinha de guerra. Assiste-se a uma grande evolução na indústria naval, dos tradicionais navios à vela para os navios de ferro, traduzindo-se numa competição naval. De facto, no virar do século XIX, potências como o Reino Unido, a França, a Alemanha, a Rússia e o Japão constroem uma gama de poder naval assente em fragatas, torpedeiros, contratorpedeiros e *destroyers*, tornando o navio de guerra símbolo de poder e do orgulho nacional. O navio de guerra marca a era industrial e corporiza os avanços tecnológicos da nação, a sua riqueza e, com os seus enormes canhões, um imenso poder destruidor.

²⁸ John Keegan, ob. cit.

No início da guerra, as esquadras dos Aliados e das Potências Centrais possuíam navios de superfície tecnicamente idênticos, apresentando a *Tríplice Entente* superior tonelagem: os aliados possuíam 59% da tonelagem dos navios a vapor (o Império Britânico 43%) contra 15% da *Tríplice Aliança*. Este poder naval permitiu aos aliados transportar efetivos e abastecimentos e manter um fluxo de recursos fornecidos por todo o mundo, mesmo antes de os Estados Unidos se envolverem no conflito²⁹. No contexto da guerra, o poder naval caracteriza-se pela tecnologia instrumentalizada nos navios de guerra, a não existência de massificações como no combate terrestre e a dificuldade em localizar e intercetar as esquadras rivais, sobressaindo como demonstração de poder dos Estados. Note-se ainda que os elementos essenciais de combate (choque, fogo, proteção, movimento, comando e controlo) estão concentrados num único meio – os navios de guerra.

Há quatro teatros de operações navais principais a considerar: Atlântico Norte e Mar do Norte, que opôs o Reino Unido à Alemanha; Mediterrâneo, que juntou a França e a Itália contra a Áustria-Hungria; Mar Negro, que contabilizava a Rússia contra a Turquia.

No Mediterrâneo, as marinhas britânicas e francesas, coadjuvadas pela italiana, impuseram uma presença dominadora, anulando a presença naval austríaca que, em guerra contra a Itália, utilizava a rota como um acesso direto aos Balcãs, onde estava em guerra contra a Sérvia. O controlo aliado só seria perturbado quando submarinos alemães passaram a operar na zona, a partir de finais de 1915. No Mar Negro, onde a Rússia mantinha o grosso da sua frota naval, o seu domínio foi incontestado³⁰.

Uma vez que a guerra naval teve no Atlântico Norte e no Mar do Norte o teatro principal de um confronto que pode ser dividido em quatro fases: (i) na primeira fase, até 1915, o elemento essencial é o número de Couraçados (Dreadnoughts) construídos e o movimento das frotas destinado ao controlo das rotas; (ii) na segunda, em 1915-1916, sobressai a manobra e os combates navais, na procura da decisão; (iii) a terceira fase evolui entre as tréguas pela restrição no uso dos submarinos até à sua utilização sem restrições; (iv) por fim, em 1918, os meios navais são subsidiários da guerra generalizada.

Porque, no combate naval, a finalidade assentava na destruição dos navios adversários, o couraçado, nomeadamente os Dreadnoughts, constituíam a escala de capacidades mais elevada das armadas. Embora não estivesse em paridade com a frota de guerra britânica (33% da capacidade mundial), nas vésperas da guerra a esquadra de alto-mar alemã consistia de 13 navios de batalha tipo encouraçado, 16 navios de tipo mais antigo e cinco cruzadores. Mas a

²⁹ Gabriel Espírito Santo, *Da Arte da Guerra à Arte Militar*, Lisboa, Tribuna da História, 2013.

³⁰ John Keegan, ob. cit.

configuração geográfica do território alemão, que restringia o seu acesso ao mar alto à diminuta linha costeira do mar do Norte, entre a Dinamarca e a Holanda, obrigou à extensão para o Atlântico, que o inimigo controlava³¹. A principal frota alemã, construída para afrontar a posição marítima dominante do Reino Unido, foi concentrada deliberadamente nos portos alemães do Mar do Norte, mantendo algumas forças no Pacífico, representando uma ameaça para os transportes aliados, em particular para os comboios, que traziam tropas australianas e neozelandesas para águas europeias. No entanto, as vitórias britânicas em Heligoland, à entrada das bases navais alemãs no mar do Norte, em janeiro de 1914, em Dogger Bank, em agosto desse mesmo ano, e nas Falkland, em março de 1915, colocou um ponto final às atividades de alto-mar da marinha alemã, apesar de em nenhum caso terem estado envolvidas as principais frotas.³²

A guerra no mar não se revelou taticamente decisiva para o desenlace final do confronto mundial, pois não ocorreu a batalha decisiva que conferisse a vitória para um dos lados, garantindo supremacia naval e marítima. De facto, à semelhança do acontecia com a guerra nas trincheiras, a guerra no mar também entrou num impasse. A 1 de maio de 1915, os Aliados encetaram o bloqueio à totalidade das mercadorias com destino à Alemanha, incidindo a persuasão nos países neutrais. A partir da base escocesa de Scapa Flow, os britânicos não só impediam a liberdade de ação da esquadra alemã para sair do mar Báltico rumo a sul do canal como, paralelamente, fecharam o espaço entre a Escócia e a Noruega, restringindo sobremaneira a liberdade de navegação e operabilidade germânica. Neste contexto, o bloqueio naval tornou-se sombrio. Abandonando uma prática de 300 anos, que confinava o bloqueio estritamente aos recursos que permitiam aos beligerantes fazer a guerra, o Reino Unido e, depois, a Alemanha agiram na assunção de que todos os recursos estavam ou podiam vir a estar orientados para alimentar a guerra. O cerco recíproco foi o método³³.

Enquanto isso, a supremacia naval britânica, francesa e italiana no Mediterrâneo alargou o bloqueio à Áustria e à Turquia³⁴.

Mas a Alemanha sentiu sobremaneira os seus efeitos. Pelo facto, a *Frota de Alto Mar* alemã decidiu procurar libertar o país das amarras em que mergulhou, pensando em atrair a *Grande Frota* britânica para o Mar do Norte e combatê-la. O processo de atração teve sucesso e foi neste contexto que se travou a Batalha de Jutlândia (de Skagerrak para os alemães), a 31

³¹ John Keegan, ob. cit.

³² Idem.

³³ Michael Howard, *A Guerra na História da Europa*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1997.

³⁴ John Keegan, ob. cit.

de maio de 1916. O almirante alemão Scheer obteve uma vitória tática no confronto contra o almirante britânico Jellicoe, mas, porque as perdas (14 navios ingleses em 150 contra 11 navios alemães em 100) eram mais difíceis de restabelecer para a Alemanha, a vitória estratégica coube ao Reino Unido, que pôde manter o controlo do Mar do Norte.

Assim, para responder ao bloqueio aliado e submeter o Reino Unido a um contra bloqueio, à Alemanha restava a guerra submarina e o torpedeamento dos navios mercantes que sulcavam o Atlântico (o Reino Unido detinham 60% da marinha mercante do mundo), de e para os Estados Unidos. Acreditando que, dessa forma, podia sangrar economicamente os Aliados e obrigá-los à rendição, o estado-maior alemão assumiu a tipologia de coação como vital e sem restrições. Demonstrou a sua eficácia em estreitos e locais de convergência marítima, contudo revelou-se ineficiente contra forças navais ou escoltas em comboios de superfície com uma mobilidade rápida e em mar aberto, implementada pelos britânicos. Da mesma maneira que Dellinger entende que “a ação da arma submarina alemã foi tida como símbolo da violência desnecessária contra civis, o mais infame dos crimes”³⁵, também os Estados Unidos acusaram o método, reagindo com a declaração de guerra à Alemanha e a entrada no conflito no campo aliado.

Qual contrassenso, o programa naval alemão, que provocou o antagonismo do Reino Unido e foi causa de guerra, obrigou Berlim a desviar um terço do orçamento da defesa para a marinha, restringindo meios no exército, que se revelou incapaz de derrotar a França e a Rússia nas frentes Oeste e Leste, em simultâneo, não surtiu efeito no combate naval de Jutlândia, a frota acabou por se remeter aos portos do Mar do Norte para, no fim, as tripulações se amotinarem em 1918, obrigando o kaiser a capitular³⁶.

A par das frentes terrestre e naval, há uma terceira que é pertinente elencar – a doméstica. Pela primeira vez, na história da guerra, assistiu-se a uma luta entre fábricas concorrentes (produção de guerra), tanto quanto entre exércitos rivais. A produção de armas foi um fator tão importante na batalha como a conscrição, a indústria subordinou-se à guerra e a antiga noção de «nação em armas» foi substituída pela de «estado guerreiro»³⁷. A Guerra transformou a sociedade: os sindicatos foram aceites como parceiros sociais dos governos; as elites militares imperaram, a necessidade de canalizar cada vez mais homens para a frente de combate obrigou a concentrar nas fábricas mão-de-obra suplementar para alimentar a guerra, conduzindo à emancipando da mulher. Tudo foi sacrificado na procura de vitórias impossíveis

³⁵ D. Dellinger, *Um Século de Guerra no Mar*, Editora Nautica Nacional, 2010.

³⁶ Norman Stone, ob. cit.

³⁷ J. F. C. Fuller, *L’Influence de L’Armement sur L’Histoire*, Paris, Payot, 1948.

e, apesar do impasse, não havia margem para negociações de paz, devido aos ódios acumulados, sacrifícios aguentados e otimismo delapidado. Esta guerra mostra-nos, ainda, a quebra de imunidade dos centros populacionais, cabendo tal papel ao vetor aéreo, que influiu na capacidade psicológica das populações.

Como resultado, na 1.^a Guerra Mundial, os Exércitos deixaram de ser os procuradores das nações em guerra e passaram a instrumentos através dos quais os países beligerantes podiam exaurir os recursos dos outros em bens e homens. Este foi o grande problema da Alemanha³⁸.

A 1.^a Guerra Mundial foi, assim, a primeira guerra industrial da História e, longe de diminuir a procura, a guerra de trincheiras aumentou-a, nomeadamente ao nível de equipamentos, armas e munições, que ultrapassou a capacidade dos beligerantes. De tal forma que foi, como referimos, “necessário mobilizar na retaguarda o operariado e recrutar trabalhadores nos territórios coloniais. Se a frente doméstica era menos perigosa, foi tão importante como a própria frente de combate”³⁹. A mobilização económica impõe uma intervenção do Estado em todas as atividades nacionais e a economia torna-se uma arma de guerra⁴⁰.

A realidade é que, quando se alcançou a paz, foi menos em resultado de vitórias militares no terreno por parte dos Aliados e mais por exaustão psicológica e económica da Alemanha e das Potências Centrais.

2.2. Da Ordem Paralela e da Rutura do Dispositivo Defensivo⁴¹

A Grande Guerra foi uma sangrenta guerra civil europeia, estendido no espaço, dilatada no tempo, total face aos meios empregues e cataclísmica em relação às repercussões, alimentada por aparelhos militares detentores de um arsenal bélico com um poder destrutivo jamais visto. E, no entanto, os decisores políticos e os estados-maiores pensaram numa guerra limitada e de resultados conclusivos, destinada a redefinir a hierarquia das potências e a centrar uma nova ordem europeia, substituta da decorrente de 1815.

A guerra de 1914-1918 rompeu com a matriz caraterizadora dos conflitos precedentes relativamente ao número de beligerantes envolvidos, sistema de mobilização e de convocação

³⁸ Michael Howard, ob. cit.

³⁹ Jean-Jacques Becker, ob. cit.

⁴⁰ J. Brunet e M. Launay, ob. cit.

⁴¹ Bibliografia de referência: Espírito Santo, ob. cit.; J. F. C. Fuller, ob. cit; John Keegan, ob. cit; Liddell Hart, *As Grandes Guerras da História*, S. Paulo, Ibrasa, 1963; Loureiro dos Santos, *Apontamentos de História para Militares*, Lisboa, Instituto de Altos Estudos Militares, 1979; Marc Ferro, ob. cit; Michael Howard, ob. cit.

implementados, planos de guerra testados, vastidão e dispersão de teatros de operações aferidos, estratégias militares e conceitos técnico-táticos experimentados, sistemas logísticos exigidos e sociedades envolvidas. Trata-se de fatores que trouxeram tantas mudanças sistêmicas nas áreas política, militar, social e cultural quanto o facto de serem largamente incontrolláveis, variáveis e, acima de tudo, imprevisíveis, sobressaindo combinações mortíferas no setor militar, que envolveram o emprego de armas combinadas, táticas «suicidas» e de carácter destrutivo, bombardeamentos estratégicos, operações navais de grande amplitude e guerra submarina sem restrições.

As evoluções/ inovações e transformações militares originadas no século XV (era da pólvora) e continuadas ao longo dos séculos seguintes atingem o ponto de chegada no início do século XX. A industrialização dos séculos XVIII/XIX, a produção de equipamento e armamento em série e cada vez mais sofisticado e letal (máquina a vapor e vasos de guerra em ferro, motor de explosão – veículos motorizados e avião – caminho de ferro) e a revolução nas comunicações (rádio, telefone e TSF) originaram uma engrenagem político-militar de apocalipse que se abateu sobre a Europa e o mundo a ela ligado com a 1.^a Guerra Mundial.

Já o referimos, a 1.^a Guerra Mundial foi, no essencial, uma grande guerra europeia e é neste espaço geopolítico, com especial incidência no teatro ocidental, que centramos as transformações dos assuntos da guerra. É normativo dividir a guerra terrestre em três fases: 1. 1914 é a fase da manobra (fogo e movimento), cabendo a iniciativa à Alemanha; 2. a segunda fase decorre entre 1915 e 1918, o fogo sobrepõe-se ao movimento e a guerra é estática, com ambos os beligerantes à procura da rutura das posições inimigas; 3. na terceira fase, a partir de março de 1918, de novo a manobra, num primeiro momento por iniciativa alemã e depois por parte dos Aliados.

Na fase inicial da guerra, os planos Schlieffen (alemão) e XVII (francês), na procura da vitória decisiva e rápida, não alcançam os objetivos definidos; o ataque francês não rompe o centro do dispositivo alemão, enquanto a ofensiva germânica é travada no Marne. Segue-se a corrida para o mar, na procura de envolver o adversário, que conduzirá à estabilização da frente, devido às trincheiras cavadas desde a Suíça até ao mar do Norte. Enquanto isso, a Leste, a Rússia não só não esmaga as Potências Centrais como é copiosamente derrotada pelas forças do kaiser em Tannenberg e nos Lagos Masúrios; mas não culmina.

Depois, e até inícios de 1918, as trincheiras são a imagem da guerra, que tornou a estratégia dependente da tática, enquanto esta se transformou numa fonte de equívocos operacionais. A supremacia da defesa, numa associação terreno, arame farpado e fogo (espingarda, metralhadora e artilharia), sobre todas as iniciativas destinadas a romper ou a

tornear posições, resultou numa ordem tática paralela, imóvel e insalubre, impondo o impasse. Ao longo de três longos anos, as grandes operações desencadeadas por ambos os contendores, e destinadas alcançar vantagens estratégicas no campo de batalha, resultaram em desastres militares, morticínios e desgaste moral e material. Há três exemplos clássicos a considerar: Verdun (fevereiro-dezembro de 1916), de iniciativa germânica contra as posições francesas fortificadas, destinada a colocar a França fora da guerra; Somme (julho a novembro de 1916), ataque combinado anglo-francês contra as linhas de defesa alemãs estacionadas na linha do rio Somme, com o objetivo de aligeirar a pressão alemã sobre Verdun; Passchendaele (terceira batalha de Ypres) desencadeada por forças britânicas e da Commonwealth contra as forças alemãs posicionadas na Flandres Ocidental. Três batalhas, outros tantos objetivos não alcançados e perdas superiores a dois milhões de soldados de ambos os lados.

Por fim, em 1918, a Alemanha, depois de a Rússia e assinar o Tratado de Brest-Litovsky, que a retirou da guerra, e antes de as tropas dos Estados Unidos estarem aptas a assumirem setores na frente ao lado dos Aliados, lança quatro grandes ofensivas destinadas a ganhar a guerra antes do verão: 1. em 21 de março, em Saint Quentin, detida em Amiens; 2. Em 9 de abril em Armentières, parada em Ypres; 3. em Maio, em Chemin des Dames, travada no Marne; 4. em julho, na Champagne, sem efeito prático. É o regresso da manobra, que conduzirá, por paradoxo, os Aliados à vitória. De facto, ainda no decurso das terceira e quarta ofensivas alemãs, o número incontável de soldados americanos (superior a dois milhões) permite repor a frente aliada, viabilizando uma contraofensiva motivada pelo grito do marechal Foch “todos para a batalha”. Os exércitos francês, britânico, belga e americano reconquistam a bolsa de Aisne-Marne, depois derrotam as desgastadas e desmoralizadas divisões inimigas em Amiens, obrigando a uma retirada para a linha Hindenburg para, finalmente, atacar de forma conclusiva na Flandres, entre Cambrai e Reims e na região do Mosa-Aragone.

Chegados a este ponto, vamos então debruçar-nos sobre as inovações técnicas e os constrangimentos Estratégico-táticos. A guerra travada no teatro ocidental da Europa foi conduzida segundo a ordem paralela, em que a proteção estratégica (trincheiras) e tática (abrigos/arame farpado), associada ao fogo das armas individuais (espingarda) e coletivas (metralhadoras), se impôs à manobra tática (ataque frontal e envolvimento) e estratégica (movimento torneante). Em rigor, a defesa assente num sistema de trincheiras desenhadas em ziguezague e com centenas de quilómetros de frente, e em profundidade, mediante um complexo cerrado de linhas desde a zona de combate até à zona de comunicações, mais não representa que uma dimensão exagerada das guerras de sítio típicas dos séculos XVI e XVII.

Garantir a posse de terreno, flagelar o inimigo pelo fogo, impedir a rutura de posição e desmoralizá-lo constituía o objetivo primário do defensor. As trincheiras representavam um sistema de defensivo elástico e organizado à base de centros de resistência ou posições fortificadas, com uma profundidade que podia chegar até aos 15 quilómetros. Compreendiam três zonas de combate: 1. zona de cobertura sobranceira à terra de ninguém (frente ao inimigo), limitadas pelas redes de arame farpado, cabendo às unidades aí posicionadas informar da ação inimiga e retardar o seu avanço (companhias e batalhões); 2. zona de resistência, guarnecida pelas forças em primeiro escalão, que tinham missão de impedir ruturas do dispositivo (brigadas); 3. zona de combate, destinada a rechazar penetrações e a desencadear contra-ataques (divisões).

Associado ao terreno, o domínio da defesa no campo de batalha apoiou-se no fuzil de repetição de retrocarga, como a Mauser alemã ou a Lee-Enfield inglesa, com uma cadência de 10 a 15 tiros por minuto, na metralhadora Lewis ou Vickers, com destaque para os seus 450 a 600 tiros por minuto, e nas peças de artilharia que projetavam 20 granadas shrapnel com balas de aço por minuto até uma distância de 7 quilómetros. Dessa forma, atacar podia constituir um ato suicídio, obrigando as unidades a progredir debaixo de fogo indireto da artilharia às mais longas distâncias e durante centenas de metros sujeitas ao fogo direto das metralhadoras e espingardas.

Portanto, entre 1915 e 1917, a organização do terreno dominou a guerra e os exércitos combateram na assunção de que a defensiva podia conduzir à vitória através do desgaste físico e anímico do adversário. O espírito ofensivo foi obrigado a esperar pela evolução dos acontecimentos, até um momento em que o inimigo ficasse em situação de inferioridade ou que alguma inovação tecnológica ao nível dos meios bélicos, o permitisse.

Contudo, a manutenção de impasse motivou os comandantes à procura de formas de romper a frente, de modo a alargar a brecha e progredir profundamente no interior do dispositivo adversário e atingir os seus postos de comando e centro de comunicações. Nas guerras precedentes, a rutura de posição e a decisão da batalha era competência da cavalaria. Entretanto, a guerra mudou, mas a verdade é que em 1914 os beligerantes da 1.^a Guerra Mundial apresentaram-se com as suas unidades de cavalaria armadas de sabre e lança e treinadas para carregar no campo de batalha e abrir brechas no dispositivo inimigo. No entanto, em poucas semanas, os comandantes perceberam que a cavalaria cavaleiresca que atuava pelo choque estava desfasada do momento, até as clássicas missões de reconhecimento eram impraticáveis numa guerra de trincheiras.

As primeiras tentativas incidiram na associação artilharia de campanha e infantaria. Para o efeito, na zona do interior procedeu-se ao fabrico em larga escala de peças e canhões, morteiros, espingardas e munições de vários calibres. Concomitantemente, o recrutamento acelerou e aumentou em número, cabendo às locomotivas a missão de fazer chegar às zonas de combate homens e material em tempo útil. Mas os problemas surgiram. Em primeiro lugar, assistiu-se à multiplicação de peças de artilharia e a combates entre artilharias, fosse para preparação do campo de batalha ou assente na desarticulação de ofensivas, que iludiu sucessos iniciais de destruição de comunicações ou nichos de metralhadoras nas linhas mais avançadas. Porém, o resultado prático de dias de bombardeamento sucessivo foi a anulação do poder de fogo de ambos os lados, a incapacidade de destruição do sistema defensivo do inimigo e a devastação do campo de batalha pela multiplicação de crateras, que em muito dificultou o avanço das forças de infantaria e do próprio reabastecimento.

A artilharia foi a rainha dos campos de batalha, mas não foi a arma decisiva da guerra, porque carecia do necessário movimento para apoiar continuamente o avanço e assalto da infantaria. Na verdade, o defensor podia sempre mudar de posição ao abrigo do alcance da artilharia de tiro rápido inimiga, como podia proteger-se do efeito dos seus fogos no interior da trincheira. Uma vez cessado o fogo, a infantaria progredia desprotegida, em linha e emassada de baioneta calada pela terra de ninguém, com granadeiros e metralhadoras ligeiras na proteção dos flancos, tornando-se um alvo remunerador dos fuzis, metralhadoras e morteiros contrários. O exemplo que melhor ilustra estas considerações será a Batalha de Verdun: de iniciativa alemã, nela gastaram-se milhões de granadas de obus que quase exauriu a reserva de munições, morreram centenas de milhares de soldados e os avanços no terreno, à custa do inimigo, foram basicamente nulos. A mortandade tornou-se o mote, a quebra de recurso humanos, de munições e financeiros uma evidência e nem a utilização de minas, o uso de lança-chamas ou o lançamento de gás asfixiante, que facilitou inicialmente a abertura de brechas nas trincheiras inimigas, deu seguimento à rutura dos dispositivos adversários.

As trincheiras funcionavam como anti arma adequada face à artilharia, a metralhadora à infantaria e a máscara antigás às tentativas de gaseamento. Pelo exposto, infere-se que o incremento do fogo de artilharia para romper as defesas do inimigo contribuiu, na verdade, para mais e melhor elaboradas trincheiras, originando o aprofundamento da guerra estática. Entretanto, as pesadas baixas ocorridas em Verdun, Somme e Paschendaele evidenciaram que os recursos humanos eram não só perigosamente limitados como, na retaguarda, os efeitos de desagrado social, pela erosão de uma guerra sem fim à vista, se faziam perigosamente sentir.

Relativamente às grandes ofensivas feitas com centenas de milhares de soldados, há outro aspeto a reter. A via-férrea e as unidades de sapadores tornaram-se elementos imprescindíveis na guerra, quer para projetar contingentes para o campo de batalha, quer para os sustentar em termos logísticos. O comboio também garantia rapidez de processos a nível estratégico, mas não tático. Afinal, uma vez chegados ao limite da estação de destino, homens e meios tinham de ser encaminhados até às unidades da frente, o que só podia ser efetuado com recurso ao músculo animal e humano e num terreno, já de si argiloso e húmido, que as crateras causadas pelos bombardeamentos tornaram ainda mais impraticável.

Sobre este tema convém ainda deixar três notas relativas ao lado alemão: a iniciativa de se enterrar no terreno competiu-lhe, enquanto forma de garantir a posse de terreno em solo francês, após o insucesso no Marne; até Verdun, a aposta na artilharia, como meio para vencer a guerra, também teve iniciativa sua; e o mesmo é dizer sobre a utilização do gás asfixiante, a partir da 1.^a Batalha de Ypres, em 1915. Assim, a motivação conducente à rutura da frente foi iniciativa inicialmente sua. Só em 1918, durante as grandes ofensivas de março a maio, é que os alemães voltaram a utilizar o mesmo sistema de armas combinadas contra os Aliados. Mas a condução assentou num modelo tático diferente: emprego de morteiros e canhões de curto alcance e maior mobilidade; utilização de granadas fragmentárias e tóxicas sem alunar o terreno, em apoio continuado da progressão da infantaria; esta baseava-se em grupos de combate independentes que, no seu todo, procuram avançar rapidamente brecha adentro; a consolidação do terreno e a eliminação de pontos fortes, deixados para a retaguarda, constituíam uma segunda fase da operação.

Se o binómio artilharia-infantaria tentado pelo estado-maior do kaiser para romper a frente fracassou, os Aliados definem o binómio infantaria-tanques; ou seja, a partir da utilização do motor e da inovação técnica dos veículos com lagartas, intenta-se um novo modelo tático capaz de ultrapassar o emaranhado de trincheiras e alcançar a rutura do dispositivo inimigo. Empregues pela primeira vez no Somme, em 1916, os tanques foram aperfeiçoados de tal modo que, em 1917, na Batalha de Cambrai, puderam já ser utilizados em massa e com assinalável êxito pelos Aliados, à frente e em apoio do avanço da infantaria. Contudo, a fraca potência do motor, a fragilidade das lagartas e da blindagem e a reduzida autonomia não eram ainda de molde a efetuar a exploração do sucesso depois de rompida a frente inimiga. De tal forma, que a rutura feita pelas duas centenas de tanques empregues na batalha foi rapidamente colmatada pelos alemães. Mais uma vez, a metralhadora ditava leis no campo de batalha.

No entanto, algumas modificações introduzidas, como o aumento da blindagem, potência do motor e capacidade estática de fazer fogo na «cara» do inimigo, fizeram do tanque um meio de que os comandantes não mais abdicariam. Afinal, era possível conciliar fogo com movimento e fogo com proteção. É verdade que não ultrapassou em definitivo o impasse das trincheiras, mas garantiu maior proteção às ações de infantaria, que viu o número de baixas descer significativamente e, na decisiva vitória aliada de Amiens, em 8 de agosto, o comportamento dos tanques revelou-se determinante para o sucesso das vagas de atacantes da infantaria.

Entretanto, também a Alemanha empreende a construção de veículos blindados e ambos os contendores lhe associam o meio aéreo, outra novidade da guerra. Inicialmente, é utilizado como um meio de comando e linha avançada de observação e reconhecimento, informando da posição da artilharia, postos de comando e redutos das unidades inimigas. Depois, vai além de mero posto de controlo de tiro da artilharia ou de periscópio das forças terrestres, torna-se em artilharia aérea, bombardeando as zonas de combate posições e trincheiras. O vetor aéreo tornou-se parte da guerra.

Merece ainda referência o emprego de meios radioelétricos de comunicações no campo de batalha, com importância primordial nas ligações de campanha, que facilitaram a ação de comando. Então, a capacidade de comando e controlo no campo de batalha aumentou significativamente: utilização de dirigíveis, balões e aviões para reconhecimento do dispositivo do inimigo e regulação do fogo de artilharia; automóveis e bicicletas para transmissão de mensagens e ligação; o rádio para comunicação com as grandes unidades até longas distâncias; telefones e telégrafos que permitiam contato imediato com as unidades na linha da frente. Porém, os meios sem fios eram de transmissão lenta, as linhas telefônicas, sujeitas a contínuos cortes devido aos bombardeamentos, ficavam frequentemente inoperacionais, as viaturas automóveis atascavam na lama, os ciclistas era um alvo remunerador e o controlo a partir dos céus nem sempre era fiável e os meios aéreos rapidamente passaram a ser sujeitos ao fogo antiaéreo. Mas, sobretudo, os meios eletroeletrônicos revelaram-se insuficientes para comandar em tempo útil milhares de homens estendidos em centenas de quilómetros e emprestar uma percepção correta da marcha dos acontecimentos. Como resultado, era recorrente os comandantes das grandes unidades, uma vez colocada em marcha uma grande operação, ficarem arredados da sua evolução e contingências.

FECHO

Em conclusão, a 1.^a Guerra Mundial foi caracterizada pela imobilidade; por duas ordens paralelas à espera que outros fatores, conduzissem à obliquidade. O que se foi tentado foi-o através de armamento substancialmente desenvolvido, como os canhões, obuses, fuzis e metralhadoras, ou de inovações como a utilização do gás, do tanque ou do avião, sem sucesso. O poder do número de militares disponíveis marcou muita da sua conduta e, no final, a superior capacidade de regeneração de forças pelos Aliados, a disponibilidade de mais e melhores meios, a ação de conjunto das forças combinadas e a unidade de comando sob o marechal Foch impuseram-se. Mais do que em qualquer outra guerra, os exércitos dependeram sobremaneira da zona do interior, pois transitara do campo de batalha para as indústrias de armamento e a conscrição e, neste aspeto, o enfraquecimento da economia imposta pelo bloqueio e a quebra de moral dos cidadãos ditaram a derrota alemã.

Como previra, em 1897, o banqueiro e filósofo polaco I. S. Bloch, no livro *A Guerra do Futuro e as suas Relações Técnicas, Económicas e Políticas*, a guerra começou com a pá, que se revelou tão importante para o soldado como o fuzil, desenrolou-se debaixo de um morticínio para os soldados soterrados nas trincheiras e terminou com o desabamento das frentes internas, antes de os contingentes militares culminarem no campo de batalha, devido à bancarrota, à fome e aos tumultos sociais nos países vencidos.

BIBLIOGRAFIA

- BECKER, Jean-Jacques, *A Grande Guerra*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2005.
- BRUNET, J. e LAUNAY, M., *Entre as Duas Guerras*, Lisboa, D. Quixote, 2000.
- COUTO, Abel Cabral, *Elementos de Estratégia*, Vo. I, Lisboa, Instituto de Altos Estudos Militares, 1988.
- DELLINGER, D., *Um Século de Guerra no Mar*, Editora Nautica Nacional, 2010.
- FERGUSON, Niall, *A Guerra no Mundo*, Porto, Editora Civilização, 2006.
- FERRO, Marc, *História da Primeira Guerra Mundial, 1914-1918*, Lisboa, Edições 70, 1992.
- FULLER, J. F. C., *L'Influence de L'Armement sur L'Histoire*, Paris, Payot, 1948.
- HART, Liddell, *As Grandes Guerras da História*, S. Paulo, Ibrasa, 1963.
- HOWARD, Michael, *A Guerra na História da Europa*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1997.

- KAGAN, Donald, *Sobre as Origens da Guerra e a Preservação da Paz*, 1.º Vol., Braga, Temas da Actualidade, 1995.
- KEEGAN, John, *A Primeira Guerra Mundial*, Porto, Porto Editora, 2014.
- KENNEDY, Paul, *Ascensão e Queda das Grandes Potências*, Rio de Mouro, Publicações Europa-América, 2007.
- KISSINGER, Henry, *Diplomacia*, Lisboa, Gradiva, 1996.
- MACMILLAM, Margaret, *A Guerra que Acabou com a Paz*, Lisboa, Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2014.
- PERRE, Jean, *Les Mutations de la Guerre Moderne de la Révolution Française à la Révolution Nucléaire (1792-1962)*, Paris, Payot, 1962.
- PINTO, Jaime Nogueira, *Ideologia e Razão de Estado. Uma História do Poder*, Porto, Civilização Editora, 2013.
- QUINTERO, Alejandro Pizarroso, *História da Propaganda*, Lisboa, Planeta Editora, 1993.
- RÉMOND, René, *Introdução à História do Nosso Tempo. Do Antigo Regime aos Nossos Dias*, Lisboa, Gradiva, 2009.
- SANTO, Gabriel Espírito, *Da Arte da Guerra à Arte Militar*, Lisboa, Tribuna da História, 2013.
- SANTOS, José Alberto Loureiro dos, *Apontamentos de História para Militares*, Lisboa, Instituto de Altos Estudos Militares, 1979.
- STEVENSON, David, *1914-1915, The History of the First World War*, Penguin Books, 2005.
- STONE, Norman, *Primeira Guerra Mundial. Uma História Concisa*, Alfragide, D. Quixote, 2011.